

A INTERACÇÃO VERBAL EM CONTEXTO PEDAGÓGICO*

CARLA CRISTINA AIRES ALVES
(Escola EB2,3/S de Caminha)

A interacção verbal que se processa em contexto pedagógico é reveladora não só dos pressupostos subjacentes à prática pedagógica, mas também do tipo de relação social instituída entre professor e alunos.

Os intervenientes na interacção verbal que ocorre na sala de aula colocam-se em lugares preestabelecidos e que não são passíveis de negociação substancial. Cada sujeito possui um papel social e discursivo com fronteiras bem definidas não havendo lugar a uma redefinição do papel que cabe a cada um.

A determinados papéis sociais correspondem papéis discursivos específicos e embora a função de locutor possa ser desempenhada por qualquer sujeito na sala de aula, esta é essencialmente assumida pelo professor que pode interrogar, ordenar, seleccionar o locutor seguinte, avaliar, etc. O papel de alocutário cabe principalmente aos alunos enquanto destinatários dos saberes que são transmitidos, devendo estes, por exemplo, solicitar a palavra e responder às questões colocadas pelo professor.

O papel social assume uma componente relacional, já que o posicionamento de um indivíduo é actualizado face ao lugar que ocupam os restantes sujeitos. As relações sociais entre professor e alunos apresentam-se condicionadas pela estrutura do contexto pedagógico e submetidas ao princípio de enquadramento que regula as práticas comunicativas entre transmissor e aquisidores. Quando o princípio de enquadramento é forte, o aluno não possui qualquer possibilidade de intervenção no processo de transmissão do conhecimento; quando o enquadramento se apresenta fraco é permitida ao aluno alguma opção sobre a selecção, organização ou ritmagem na transmissão. (Cf. Bernstein, 1981)

Encontramos assim duas modalidades básicas na relação entre professor e aluno em que a primeira estabelece uma hierarquia evidente, sendo o poder do professor fortemente explícito. Na segunda modalidade, o posicionamento hierárquico dos sujeitos mantém-se surgindo, no entanto, o poder do professor implícito e mitigado. De qualquer forma, ou em maior ou menor grau, o discurso do professor "...enforma as relações de poder e de controlo geradas pelo princípio da divisão social de trabalho e pelas suas relações sociais intrínsecas." (Domingos et al., 1986: 284)

Kerbrat-Orecchioni (1992) apresenta-nos no domínio das relações interpessoais dois eixos reguladores das interações verbais: o eixo vertical (que é um eixo de posicionamento hierárquico) e o eixo horizontal (que comporta a distância social contraposta à solidariedade). Estes são dificilmente dissociáveis, pelo que grande parte das unidades linguísticas se situam sobre os ambos os eixos simultaneamente.

Ainda assim, estes eixos possuem características específicas; o eixo vertical é de natureza assimétrica colocando professor e alunos em diferentes lugares possuindo o docente uma posição hierárquica superior - devido ao cargo que ocupa, à diferença de idade que normalmente há entre ele e os seus alunos e à sua função de transmissor de conhecimento. Da função de transmissor decorre o poder do professor controlar a forma como a aprendizagem está a ser efectuada, e logo, o seu poder de avaliador.

O professor possui também o poder de especialista que se refere à sua autoridade enquanto detentor do conhecimento e de maiores competências. O poder de especialista advém essencialmente do facto do nosso currículo ser um currículo de colecção em que os conteúdos surgem delimitados, não estando relacionados com uma ideia central nem fazendo parte de um todo perceptível para o aluno. (Cf. Domingos, 1986)

As relações sociais, e o posicionamento dos sujeitos no eixo vertical, tornam-se facilmente perceptíveis através das formas de tratamento, já que estas revelam diferentes posições hierárquicas e distintos graus de poder e de controlo. O professor, dirigindo-se aos alunos utiliza as formas de tratamento nominais e pronominais com recurso a "tu" e "vocês" e as formas verbais correspondentes. A opção pelo pronome "tu" não indica tratamento entre semelhantes já que "...une utilisation non réciproque du "vous" ou du "tu" exprime automatiquement une hiérarchie entre les interlocuteurs." (Kerbrat-Orecchioni, 1992:69)¹

Os alunos dirigem-se uns aos outros utilizando o tratamento usual entre sujeitos que se situam na mesma posição no eixo horizontal - a forma pronominal "tu" e a forma nominal. Contudo, para se dirigirem ao professor utilizam o pronome "você" e a forma verbal de terceira pessoa do singular. *Sôr* (forma abreviada de Professor) ou *Se'tor* (aglutinação e abreviação de Senhor Doutor) são também formas empregues por eles que revelam as diferenças de estatuto.

O tratamento adoptado pelos alunos legitima o estatuto do professor enquanto autoridade. Este indica a aceitação do contexto pedagógico como sendo constituído por desigualdades na distribuição do poder e do controlo, sendo visível que os alunos reconhecem a diferenciação de posições no eixo vertical e aceitam o papel social e discursivo do professor. (Cf. Castro, 1991)

O eixo horizontal comporta a distância vs a solidariedade, efectuando-se o posicionamento dos intervenientes a partir do grau de conhecimento mútuo, do laço sócio-afectivo que os une e do maior ou menor índice de formalidade da situação comunicativa.

Na relação entre professor e alunos, importa referir que há uma significativa distância social que deriva do seu relacionamento fugaz, apresentando-se, normalmente, acentuada pelas diferentes proveniências sociais.

A cortesia verbal

As estratégias de cortesia têm uma forte probabilidade de emergir em situações de interacção verbal que decorrem entre dissemelhantes, possuindo a sua análise uma importância fulcral para a compreensão não só da conversação mas também da forma como está estruturado o contexto.

Na teoria de Brown e Levinson o conceito de face (*face*) surge como crucial para a compreensão da mobilização da cortesia verbal, pois todo e qualquer elemento da sociedade, que seja adulto e um falante competente, possui a sua face.

O sujeito apresenta-se investido de dois tipos particulares de necessidades (*face wants*) pelo que a face é composta por duas dimensões relacionadas: face negativa e face positiva. A face negativa relaciona-se com o desejo do indivíduo de não ser impedido pelos outros na consecução das suas acções, assim como à necessidade de manter o seu território. A face positiva refere-se à sua necessidade de ser apoiado e aprovado perante os outros. (Cf. Brown e Levinson, 1987)

Alguns tipos de actos de fala, principalmente aqueles cuja natureza é contrária às necessidades da face do alocutário, apresentam-se como uma ameaça, sendo por isso denominados de actos ameaçadores da face (*Face Threatening Acts, FTA*).

Ainda os mesmos autores apresentam três variáveis sociológicas, que contribuem decisivamente para a consideração de um acto linguístico como de maior ou menor grau de ameaça para a face do alocutário:

(I) the 'social distance' (D) of S and H (a symmetric relation)

(II) the relative 'power' (P) of S and H (an asymmetric relation)

(III) the absolute ranking (R) of impositions in the particular culture"

(Brown e Levinson, 1987: 74)

A distância social (*social distance*) que medeia dois interlocutores poderá exigir um cuidado maior ou menor em efectuar um FTA. Esta baseia-se, como já referimos, no grau de conhecimento mútuo entre os participantes e na frequência pela qual estabelecem interacções verbais. Quanto maior for a distância social que os medeia, maior deverá ser a atenção na realização de um acto ameaçador da face.

A segunda variável refere-se ao poder do locutor - *relative power*. O locutor que se encontrar em posição superior não necessitará de manifestar uma preocupação tão forte ao realizar um FTA. De uma forma genérica um FTA é mais grave, e por tal exige o recurso a subtis e permanentes estratégias de cortesia, quando o locutor possui menos poder do que o alocutárioⁱⁱⁱ. O professor, pelo poder de que está investido, terá uma necessidade bem menor de atenuar os seus actos de fala.

A seriedade ou a gravidade do FTA dependerá também do grau de imposição dos actos proferidos - *absolute ranking of impositions* - que apresentará fortes variações de cultura para cultura.

De entre os diversos actos de fala apresentados por Brown e Levinson como ameaçadores da face negativa do alocutário encontramos, em contexto pedagógico, um conjunto de actos de fala que nos parecem altamente ameaçadores: actos directivos. A sua impositividade é bem perceptível na medida em que actualizando-os o professor interfere claramente na liberdade de acção do aluno, pressionando-o a agir de determinada forma.

O professor encontra à sua disposição uma grande variedade de estratégias para realizar os actos directivos. Estas expressões podem demonstrar um controlo mais, ou menos forte, o que poderá ser visível a partir dos vários modos verbais utilizados.

Deparamo-nos também com actos de fala que ameaçam a face positiva do alocutário, indicando que o locutor não denota preocupação com os sentimentos ou desejos do outro. Aqui inclui-se, por exemplo, actos de fala em que se efectua uma avaliação negativa de alguns aspectos da face do interlocutor, como sejam as expressões de desaprovação, crítica, acusações, insultos, etc. Este tipo de actos de fala surgem como um indicador crucial permitindo uma melhor compreensão do princípio de enquadramento e do controlo existente.

As estratégias de cortesia podem ser analisadas como meios de conciliar a necessidade de cada um em preservar a sua própria face, o que passa necessariamente pela protecção da face do interlocutor. A cortesia negativa está orientada para a protecção da face negativa, e consiste em demonstrar ao alocutário a intenção de não limitar a sua liberdade de acção, ou de o fazer no menor grau possível. A cortesia positiva incide na face positiva do interlocutor, remetendo para a aproximação entre os participantes e para a transmissão de aprovação.

Objectivos

É nosso propósito, com esta comunicação, analisar o grau de enquadramento existente na relação entre professor e alunos, partindo das expressões de humor e de afecto (categorias indicadoras de cortesia positiva) e dos actos directivos e dos FTAs (que revelarão uma fraca preocupação com a face negativa).

Acreditamos que se o discurso do professor evitar os actos directivos e os actos ameaçadores da face, haverá uma mitigação do seu poder, uma maior proximidade para com os alunos e conseqüentemente um princípio de enquadramento fraco. Por outro lado, se o discurso do professor privilegiar os actos directivos e os FTAs, denotando escassas expressões de humor e de afecto, o seu poder apresentar-se-á claramente explícito e o princípio de enquadramento será mais forte.

O corpus

Para a concretização dos nossos objectivos tivemos por base a análise de um *corpus* constituído por duas aulas de Língua Portuguesa do 2º ciclo, que foi alvo de uma análise de discurso.

A recolha das aulas foi efectuada com professores distintos e em meios diferentes. Uma das aulas - Aula A - foi registada num meio rural, possuindo os pais dos alunos habilitações literárias que se situam basicamente no 1º ciclo e incidindo a sua ocupação profissional ao nível do operariado. A Aula B, recolhida num meio urbano, corresponde a uma turma em que as habilitações literárias dos pais ultrapassam já o ensino obrigatório e se encontram repartidas entre o 2º e o 3º ciclo, ensino secundário e superior. A actividade profissional posiciona-os no âmbito da pequena e média burguesia.

Análise do corpus

A análise dos actos directivos mostrou que estes se apresentam bastante frequentes em contexto pedagógico, denotando o seu uso um forte controlo por parte do docente. Constatámos também que estes actos de fala podem ser proferidos através de uma grande variedade de estratégias (modos verbais e outras expressões), sendo que uma maior directividade revela uma imposição clara e explícita. A preferência por actos directivos directos, em detrimento dos indirectos, relaciona-se com uma forte manifestação de poder e com uma maior ameaça para a imagem do aluno.

Quadro I - Tipo e frequência de actos directivos

Actos directivos	Aula A		Aula B		Total	
	F	%	F	%	F	%
Conjuntivo	-	0,0	2	1,7	2	0,8
Indicativo	12	9,6	6	5,3	18	7,6
Infinitivo	1	0,8	-	0,0	1	0,4
Gerúndio	4	3,2	-	0,0	4	1,7
Imperativo (sing.)	24	19,4	28	24,6	52	21,9
Imperativo (plur.)	10	8,1	7	6,1	17	7,1
Pseudoinclusiva	42	33,9	32	28,1	74	31,1
Interrogativa	13	10,5	12	10,5	25	10,5
Mais	7	5,6	-	0,0	7	2,9
Calma	3	2,4	15	13,4	18	7,6
Vá lá!	3	2,4	9	7,8	12	5,0
Um de cada vez	-	0	2	1,7	2	0,8
Chiu/Shuu	5	4,0	1	0,8	6	2,5
Total	124	99,9	114	100	238	99,9

Verificámos que ambas as aulas apresentam um número aproximado de actos directivos, e que o modo verbal mais utilizado é o imperativo. Apesar da forte utilização do imperativo, e de este estar normalmente associado a actos directivos directos, importa salientar que o seu emprego possui frequentemente como função pragmática a atribuição da palavra e a chamada de atenção para aspectos que o professor considera pertinentes.

Exemplo:

Aula A - Prof.: R., diz lá R.!

Encontrámos ainda na Aula B (1 vez) o emprego do imperativo com uma intenção comissiva em que o benefício recai sobre o alocutário.

Exemplo:

Aula B - Prof.: (...) Come ao menos coisas líquidas. A sopa, a sopa não te deve fazer mal.

Os actos directivos indirectos estão intimamente relacionados com a manifestação de cortesia e com o esforço do professor de mostrar uma menor imposição, disfarçando o seu poder e enfraquecendo o princípio de enquadramento.

A pseudoinclusiva e a forma interrogativa são dois recursos, que servem os actos directivos indirectos e que denotam cortesia e atenção para com a face do interlocutor já que pretendem minimizar a sua imposição. Estes são frequentemente mobilizados pelo docente o que nos leva a constatar que as expressões de ordem são um lugar em que o professor utiliza estratégias sofisticadas de mitigação do poder.

Relativamente às expressões de humor e de afecto encontramos 7 enunciados, na Aula A, em que o docente transmite alguma cortesia positiva e proximidade para com os alunos.

Exemplo:

Prof.: Pois, se estava a namorar já se sabe que era com a Rita...

Na Aula B não constatámos a ocorrência de qualquer expressão de humor ou de afecto no discurso do professor, excepto a defesa esclarecida que o professor efectua de um aluno perante conflitos existentes no âmbito da turma; porém, ao defender um aluno em particular está a colocar em risco a face positiva de grande parte da turma.

Para a caracterização de uma acto de fala como ameaçador da face tivemos por base os aspectos contextuais, assim como o grau de constrangimento para o interlocutor, e a entoação da voz do professor. Os FTAs apresentam-se, no nosso *corpus*, essencialmente através de repreensões, críticas directas, enunciados irónicos e de avaliações negativas ameaçadoras.

Encontrámos 27 actos ameaçadores da face na Aula A e cerca de 50 na Aula B. Este número parece-nos extremamente significativo e revelador de um forte constrangimento, impositividade e manifestação de poder, sendo ainda indicador de falta de preocupação para com a face do aluno.

Exemplo:

Aula A - Prof.: Oh A.! Acabei agora de dizer não me peçam para ir ler e tu já a dizer: "É assim, não é Sôra?".

Aula B - Prof.: Ai que santinhas que vocês me saíram agora!

Conclusão

Pela análise que efectuámos ao nosso *corpus* observámos que o discurso do professor é substancialmente directivo, colidindo com o desejo do interlocutor de agir livremente e com a sua face negativa. Embora nem todos os actos directivos possam ser considerados fortemente ameaçadores, estes são em número muito significativo. Além disso, quer se trate de actos directos, ou

indirectos, são sempre actos directivos que têm como objectivo alterar o comportamento do alocutário.

As expressões de aprovação são também escassas, pelo que o docente não revela uma preocupação clara pela face positiva do seu interlocutor. Verificámos ainda uma frequência elevada de actos ameaçadores da face, o que mais uma vez comprova que o discurso actualizado em contexto pedagógico é, em larga medida, coercivo e controlador. Assim, a preponderância de expressões de controlo na sala de aula é tão significativa quanto a ausência de expressões de humor e de afecto. (Cf. Cazden, 1991)

O grupo social a que os alunos pertencem não se mostrou uma variável pertinente nesta análise, evidenciando ambas as aulas um controlo muito acentuado por parte do professor e, conseqüentemente, um enquadramento forte. O princípio de enquadramento poderá ser considerado mais acentuado na Aula B, já que esta não apresenta qualquer expressão de humor e de afecto e possui uma grande quantidade de actos ameaçadores da face.

Importa ainda alertar que os resultados obtidos nesta investigação deverão ser confirmados através de um estudo mais extenso e detalhado, que inclua um maior número não só de aulas analisadas, mas também de categorias analíticas.

Notas

* Estudo realizado no âmbito do Projecto 26/98 (Programa SIQUE) apoiado pelo Instituto de Inovação Educacional.

i A utilização deste pronome pessoal por parte do professor poderá ainda estar relacionada com a diferença de idade existente entre locutor e alocutários.

ii O termo distância deriva de uma metáfora espacial que reenvia para a fraca solidariedade e para a inexistência de qualquer intimidade.

iii Tal ocorre, por exemplo, quando o aluno acede ao papel de locutor, pois como a relação que ele possui com o professor é de entre dissemelhantes, terá que mobilizar, frequentemente, estratégias de cortesia.

Bibliografia

BERNSTEIN, Basil (1981). «Codes, modalities, and the process of cultural reproduction: a model», in *Language in society*, N°3.

BROWN, Penelop e LEVINSON, Stephen (1987). *Politeness. Some universal in language usage*. Cambridge: Cambridge University Press.

CASTRO, Rui Vieira (1991). *Aspectos da interacção verbal em contexto pedagógico*. Lisboa: Livros Horizonte.

CAZDEN, Courtney (1991). *El discurso en el aula - el lenguaje de la enseñanza y del aprendizaje*. Barcelona: Ediciones Paidós.

- CINTRA, Lindley (1972). *Sobre formas de tratamento na língua portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- DOMINGOS, Ana Maria. BARRADAS, Helena, RAINHA, Helena e NEVES, Isabel Pestana (1986). *A teoria de Bernstein em sociologia da educação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- KERBRAT-ORECCHIONI, CATHERINE (1992). *Les interactions verbales. Tome II*. Paris: Armand Colin.
- PEDRO, Emília Ribeiro (1992). *O discurso na aula: uma análise sociolinguística da prática escolar em Portugal*. Lisboa: Caminho.